

APRESENTAÇÃO

Submetemos à apreciação de V. S^a. as Demonstrações Contábeis do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul acompanhadas do Relatório da Coordenadoria de Contabilidade/Auditoria Geral do Estado, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2005.

O Balanço Geral do Estado, nos termos do art. 89, inciso XVI, da Constituição Estadual, constitui a prestação de contas que o Excelentíssimo Senhor Governador apresenta, anualmente, à Augusta Assembléia Legislativa.

Integram o Balanço Geral, as demonstrações pertinentes às execuções orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, elaborados em conformidade com as disposições da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964, e da Lei Federal nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, esta última aplicável às demonstrações financeiras das empresas públicas e sociedades de economia mista.

Destarte, o Balanço Geral torna-se um instrumento legal imprescindível à sociedade, no momento em que lhe permite informações que identificam a origem e destinação dos recursos públicos, bem como o desempenho da gestão pública, que visem melhorar a qualidade de vida de toda a sociedade sul-mato-grossense.

CAPÍTULO I**1. DO ORÇAMENTO****1.1. ORÇAMENTO GERAL**

O Orçamento Geral do Estado para o exercício de 2005, aprovado pela Lei nº. 2.967, de 29 de dezembro de 2004, Publicada no Suplemento do Diário Oficial nº 6.397, de 30 de dezembro de 2004, foi elaborado em conformidade com o disposto no art. 160, § 4º e no art. 161 *caput*, da Constituição Estadual, observados os objetivos e prioridades da Administração Pública Estadual, constantes da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2005.

Além da Legislação Estadual, o Orçamento foi elaborado obedecendo, também, aos ditames da Legislação Federal, destacando-se:

- a Portaria SOF nº. 02, de 22 de julho de 1994, Ministério do Planejamento e Orçamento e suas alterações, que atualiza a classificação da despesa quanto a sua natureza.
- a Portaria nº. 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão e suas alterações, que atualiza a discriminação da despesa por funções.
- a Portaria STN nº 219, de 29 de abril de 2004, que dispõe sobre o Manual de Procedimentos da Receita Pública.

A Lei Orçamentária do exercício de 2005 compreende o Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos das Empresas controladas pelo Estado, e discrimina a despesa por unidade orçamentária, especificando os grupos de despesa, a esfera de governo, a modalidade de aplicação e as fontes de recursos.

O conjunto dos orçamentos Fiscal, Seguridade Social e Investimentos estimou a receita (deduzindo-se os valores destinados ao FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização ao Magistério, de R\$ 287.902.800,00) e fixou as despesas em igual valor para o exercício de 2005 da seguinte forma:

ORÇAMENTO	R\$
- Fiscal	3.240.584.000,00
- Seguridade Social	799.363.200,00
- Investimentos	86.022.500,00
TOTAL	4.125.969.700,00

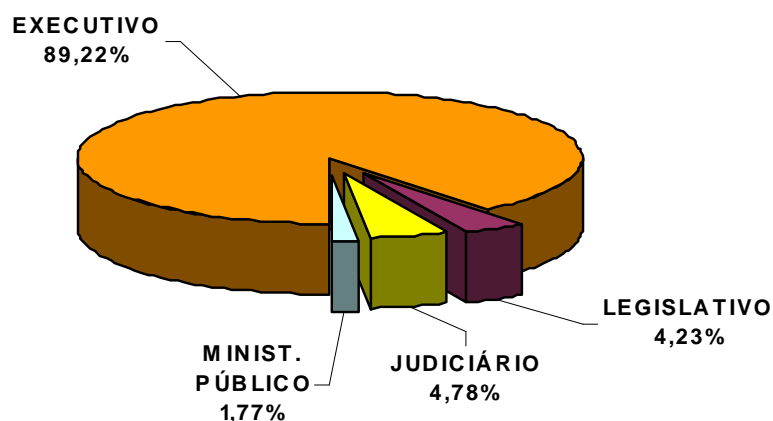
FONTE: LEI 2.967, de 29 de dezembro de 2004

A participaço no Orçamento dos três Poderes Estaduais e do Ministério Público, apresentou-se dessa forma:

PODERES	FONTES		TOTAL	PARTICIPAÇÃO
	TESOURO	OUTRAS		%
EXECUTIVO	2.587.022.200,00	1.094.258.600,00	3.681.280.800,00	89,22
LEGISLATIVO	174.205.700,00	245.000,00	174.450.700,00	4,23
JUDICIÁRIO	183.417.300,00	13.634.000,00	197.051.300,00	4,78
MINIST. PÚBLICO	72.436.900,00	750.000,00	73.186.900,00	1,77
TOTAL	3.017.082.100,00	1.108.887.600,00	4.125.969.700,00	100,00

FONTE: SIAFEM

PARTICIPAÇÃO NO ORÇAMENTO POR PODERES



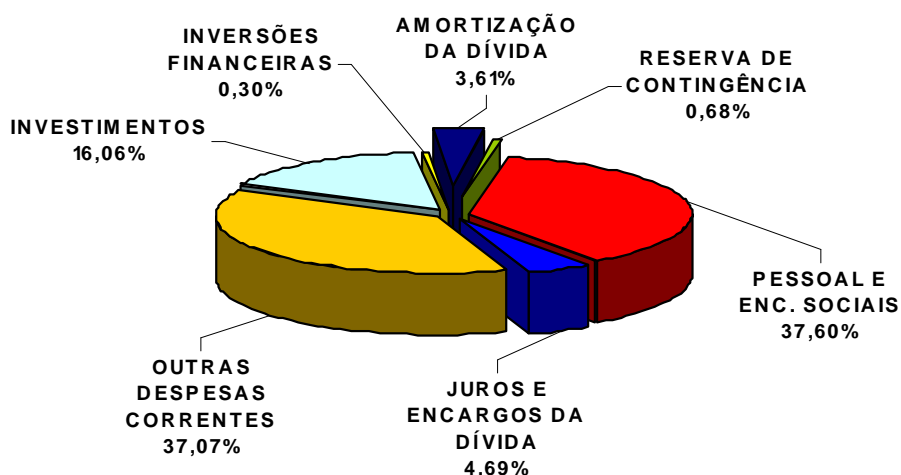
As fontes de recurso do Tesouro representam aquelas centralizadas no Tesouro do Estado. As demais fontes de receita são as de recolhimento descentralizado das entidades da Administração Indireta.

A previsão da despesa foi estruturada conforme os seguintes grupos:

GRUPO	FONTES		TOTAL	PARTICIPAÇÃO
	TESOURO	OUTRAS		%
PESSOAL E ENC. SOCIAIS	1.192.564.400,00	358.621.000,00	1.551.185.400,00	37,60
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	193.632.400,00	700,00	193.633.100,00	4,69
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.178.578.700,00	350.780.900,00	1.529.359.600,00	37,07
INVESTIMENTOS	270.071.900,00	392.374.900,00	662.446.800,00	16,06
INVERSÕES FINANCEIRAS	5.469.700,00	7.106.500,00	12.576.200,00	0,30
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	148.869.000,00	3.600,00	148.872.600,00	3,61
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	27.896.000,00	-	27.896.000,00	0,68
TOTAL	3.017.082.100,00	1.108.887.600,00	4.125.969.700,00	100,00

FONTE: SIAFEM

PARTICIPAÇÃO NO ORÇAMENTO POR GRUPO DE DESPESAS



1.2. ORÇAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

A Administração Direta teve sua Despesa Orçamentária inicial fixada em R\$ 2.532.399.100,00, o que corresponde a 61,38% do Orçamento Geral do Estado, e compreende o Poder Legislativo, o Poder Judiciário, o Ministério Público e, no âmbito do Poder Executivo, suas Secretarias, Procuradorias Gerais, além dos Encargos Gerais Financeiros de Recursos Humanos e de Patrimônio e da Reserva de Contingência.

em R\$ (1,00)

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	FONTES DO TESOURO	PARTICIPAÇÃO %
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	114.266.700,00	4,51
TRIBUNAL DE CONTAS	59.934.000,00	2,37
TRIBUNAL DE JUSTIÇA	174.833.300,00	6,90
PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA	72.436.900,00	2,86
SECRETARIA DE ESTADO DE COORD. GERAL DE GOVERNO	32.550.100,00	1,29
SECRETARIA DE ESTADO DE RECEITA E CONTROLE	181.009.000,00	7,15
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO PÚBLICA	33.687.400,00	1,33
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	18.555.500,00	0,73
SECRETARIA DE EST. DE INFRA-ESTRUTURA E HABITAÇÃO	53.382.000,00	2,11
SECRETARIA DE ESTADO DA PRODUÇÃO E DO TURISMO	19.151.000,00	0,76
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E REC. HÍDRICOS	4.104.200,00	0,16
SECRETARIA EST. DE TRAB., ASSIST. SOC. E ECON. SOLIDÁRIA	23.978.900,00	0,95
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE	1.500,00	0,00
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO	447.708.400,00	17,68
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGUR. PÚBLICA	261.298.700,00	10,32
PROCURADORIA GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA	19.324.700,00	0,76
ENCARGOS GERAIS FINANCEIROS DO ESTADO	948.072.600,00	37,44

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	FONTES DO TESOURO	PARTICIPAÇÃO %
ENCARGOS GERAIS DE RH E PATRIMÔNIO DO ESTADO	25.204.800,00	1,00
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	2.363.000,00	0,09
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA	7.074.500,00	0,28
SECRETARIA DE EST. DE PLANEJAMENTO E DE CIÊNCIA E TECNOL.	4.430.000,00	0,17
SECRETARIA DE EST. DA JUVENTUDE E DO ESPORTE E LAZER	1.135.900,00	0,04
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	27.896.000,00	1,10
TOTAL	2.532.399.100,00	100,00

FONTE: SIAFEM

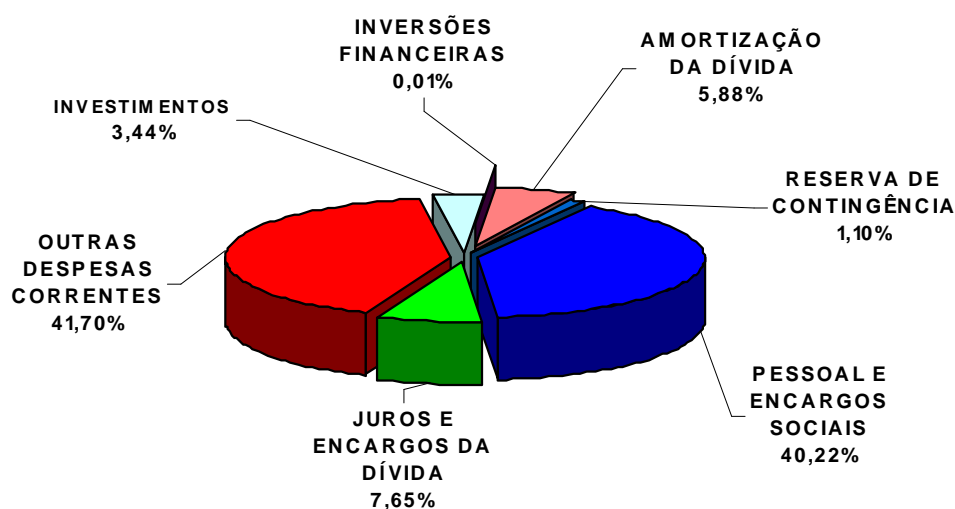
A Lei Orçamentária fixou a Despesa por Grupo, conforme os dados a seguir:

em R\$ (1,00)

GRUPO	FONTES		TOTAL	PARTICIPAÇÃO %
	TESOURO	OUTRAS		
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.018.641.300,00	-	1.018.641.300,00	40,22
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	193.632.200,00	-	193.632.200,00	7,65
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.056.082.100,00	-	1.056.082.100,00	41,70
INVESTIMENTOS	87.173.100,00	-	87.173.100,00	3,44
INVERSÕES FINANCEIRAS	115.700,00	-	115.700,00	0,01
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	148.858.700,00	-	148.858.700,00	5,88
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	27.896.000,00	-	27.896.000,00	1,10
TOTAL	2.532.399.100,00	-	2.532.399.100,00	100,00

FONTE: SIAFEM

PARTICIPAÇÃO NO ORÇAMENTO POR GRUPO DE DESPESAS - ADM. DIRETA



1.3. ORÇAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

O Orçamento da Administração Indireta compõe-se pelas autarquias, fundações regidos pela Lei nº. 4.320/64 e pelas empresas públicas e sociedades de economia mista, regidas pela Lei das Sociedades por Ações, Lei nº. 6.404/76. Para efeito de orçamento, inclui também como indiretas os fundos estaduais.

1.3.1 Receita Orçamentária

Para o exercício de 2005, a previsão da Receita Orçamentária da Administração Indireta correspondeu a R\$ 1.593.570.600,00 equivalente a 38,62% do total da receita prevista no orçamento anual, dos quais R\$ 484.683.000,00 seriam atendidos com recursos do Tesouro do Estado.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	FONTES		TOTAL	em R\$ (1,00)
	TESOURO	OUTRAS		PARTICIPAÇÃO %
AUTARQUIA	247.265.600,00	181.112.300,00	428.377.900,00	26,88
AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO DE SERV. PÚBLICOS	153.800,00	4.244.700,00	4.398.500,00	0,28
AGÊNCIA ESTADUAL DE IMPRENSA OFICIAL	0,00	3.400.000,00	3.400.000,00	0,21
AGÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO E EMPREENDIMENTOS	178.562.500,00	11.630.000,00	190.192.500,00	11,93
AGÊNCIA DE HABITAÇÃO POPULAR DO ESTADO DE MS	2.924.800,00	14.319.600,00	17.244.400,00	1,08
AGÊNCIA DE GESTÃO E INTEGRAÇÃO DE TRANSPORTES	611.400,00	25.894.700,00	26.506.100,00	1,66
AGÊNCIA EST. DE DEF. SANITÁRIA ANIMAL E VEGETAL	9.940.400,00	20.767.100,00	30.707.500,00	1,93
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MS	0,00	3.504.400,00	3.504.400,00	0,22
AGÊNCIA ESTADUAL DE METROLOGIA	0,00	2.500.000,00	2.500.000,00	0,16
INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE - PANTANAL	6.868.500,00	22.422.900,00	29.291.400,00	1,84
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO	0,00	59.735.700,00	59.735.700,00	3,75
AGÊNCIA ESTADUAL DE ADM. DO SIST. PENITENCIÁRIO	36.457.500,00	8.772.800,00	45.230.300,00	2,84
INSTITUTO DE DESENV. AGRÁRIO E EXT. RURAL DE MS	11.746.700,00	3.920.400,00	15.667.100,00	0,98
FUNDAÇÃO	115.212.000,00	54.713.700,00	169.925.700,00	10,66
FUNDAÇÃO ESCOLA DE GOVERNO DE MS	286.500,00	1.296.600,00	1.583.100,00	0,10
FUNDAÇÃO DE TURISMO DE MS	2.411.600,00	1.500.000,00	3.911.600,00	0,25
FUND. DE TRABALHO E QUALIFICAÇÃO PROF. DE MS	3.702.900,00	11.957.200,00	15.660.100,00	0,98
FUNDAÇÃO SERVIÇOS DE SAÚDE DE MS	50.315.600,00	15.846.500,00	66.162.100,00	4,15
FUNDAÇÃO DE CULTURA DE MS	1.562.700,00	2.201.000,00	3.763.700,00	0,24
FUND. ESTADUAL JORN. LUIZ CHAGAS DE RÁDIO E TEL	5.027.000,00	330.000,00	5.357.000,00	0,34
FUND. DE APOIO E DE DESENV. DO ENSINO, CIÊN. TEC	8.735.900,00	5.363.500,00	14.099.400,00	0,88
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MS	41.932.200,00	14.952.700,00	56.884.900,00	3,57
FUNDAÇÃO DE DESPORTO E LAZER DE MS	1.237.600,00	1.266.200,00	2.503.800,00	0,16
EMPRESA PÚBLICA	5.372.900,00	3.311.100,00	8.684.000,00	0,54
EMPRESA DE GESTÃO REC. HUM. PATRIMÔNIO DE MS	5.372.900,00	1.520.000,00	6.892.900,00	0,43
EMPRESA DE SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS DE MS	0,00	708.700,00	708.700,00	0,04
LOTERIA ESTADUAL DE MS	0,00	1.082.400,00	1.082.400,00	0,07
ECONOMIA MISTA	5.104.000,00	80.918.500,00	86.022.500,00	5,40
EMPRESA DE SANEAMENTO DE MS S/A	4.000,00	55.118.500,00	55.122.500,00	3,46
COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DE MS	5.100.000,00	25.800.000,00	30.900.000,00	1,94

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	FONTES		TOTAL	PARTICIPAÇÃO %
	TESOURO	OUTRAS		
FUNDOS	111.728.500,00	788.832.000,00	900.560.500,00	56,51
FUNDO ESP. DE DESENV. MODERN. E APERF. DO TC MS	5.000,00	245.000,00	250.000,00	0,02
FUNDO ESP. INST. DESEN. AP. ATIV. JUI. ESP. CIV. CRIM.	8.584.000,00	13.634.000,00	22.218.000,00	1,39
FUNDO ESPECIAL DE APOIO DE DESENV. DO MP	0,00	720.000,00	720.000,00	0,05
FUNDO ESP. EXEC. DE PROGR. COMB. AS DROGAS AMB. MP	0,00	30.000,00	30.000,00	0,00
FUNDO DESENV. SISTEMA RODOVIÁRIO DO ESTADO MS	0,00	103.030.500,00	103.030.500,00	6,47
FUNDO DE INVESTIMENTO SOCIAL	0,00	160.306.100,00	160.306.100,00	10,06
FUNDO DE DESENV. E APERF. DAS ATIVID. FAZENDÁRIA	11.459.100,00	7.000.000,00	18.459.100,00	1,16
FUNDO ESP. DE APOIO AO PROGR. DE AJUSTE FISCAL	0,00	13.033.200,00	13.033.200,00	0,82
FUNDO DE PROVISÃO DE RECURSOS	0,00	31.228.500,00	31.228.500,00	1,96
FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MS	0,00	316.600.000,00	316.600.000,00	19,87
FUNDO DE INCENTIVO A QUAL. E PRODUTIVIDADE	2.205.100,00	305.200,00	2.510.300,00	0,16
FUNDO ESP. DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	12.000,00	1.031.000,00	1.043.000,00	0,07
FUNDO ESTADUAL HABIT. DESENVOLVIMENTO URBANO	600,00	300.000,00	300.600,00	0,02
FUNDO ESTADUAL DE APOIO A INDUSTRIALIZAÇÃO	0,00	4.350.000,00	4.350.000,00	0,27
FUNDO PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DE MS	0,00	2.499.800,00	2.499.800,00	0,16
FUNDO DE DEFES. E REP. DE INT. DIFUSOS E LESADOS	0,00	300.000,00	300.000,00	0,02
FUNDO ESTADUAL PARA A INFANC. E A ADOLESCÊNCIA	0,00	11.000,00	11.000,00	0,00
FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	3.005.700,00	1.569.700,00	4.575.400,00	0,29
FUNDO ESTADUAL DE DEFES. DOS DIR. DO CONSUMIDOR	0,00	500.000,00	500.000,00	0,03
FUNDO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO ESPECIAL DE SAÚDE DE MS	86.452.000,00	86.053.500,00	172.505.500,00	10,83
FUNDO ESPECIAL DE REEQUIPAMENTO DA SSP DE MS	0,00	18.208.500,00	18.208.500,00	1,14
FUNDO ESTADUAL DE PREV. FISC. REPR. DE ENTORPEC.	0,00	500.000,00	500.000,00	0,03
FUNDO ESP. P/ DESENV.ATIV.CENT. EST. APERF. FUNCION.	0,00	276.000,00	276.000,00	0,02
FUNDO DE REGULARIZAÇÃO DE TERRAS	5.000,00	3.500.000,00	3.505.000,00	0,22
FUNDO DE INVESTIMENTOS CULTURAIS DO EST. DE MS	0,00	12.000.000,00	12.000.000,00	0,75
FUNDO DE INVESTIMENTO ESPORTIVO	0,00	11.600.000,00	11.600.000,00	0,73
TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	484.683.000,00	1.108.887.600,00	1.593.570.600,00	100,00

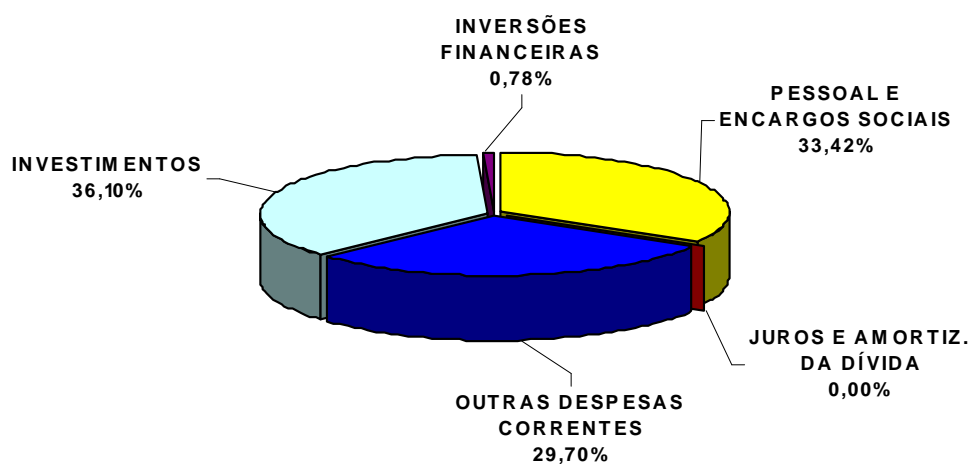
FONTE: SIAFEM

A Lei Orçamentária fixou a Despesa por Grupo de Despesas, conforme os dados a seguir:

GRUPO	FONTES		TOTAL	PARTICIPAÇÃO %
	TESOURO	OUTRAS		
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	173.923.100,00	358.621.000,00	532.544.100,00	33,42
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	200,00	700,00	900,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	122.496.600,00	350.780.900,00	473.277.500,00	29,70
INVESTIMENTOS	182.898.800,00	392.374.900,00	575.273.700,00	36,10
INVERSÕES FINANCEIRAS	5.354.000,00	7.106.500,00	12.460.500,00	0,78
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	10.300,00	3.600,00	13.900,00	0,00
TOTAL	484.683.000,00	1.108.887.600,00	1.593.570.600,00	100,00

FONTE: SIAFEM

**PARTICIPAÇÃO NO ORÇAMENTO POR GRUPO DE DESPESA ADM.
INDIRETA**



CAPÍTULO II

2. DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. DA EXECUÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO

A Receita Orçamentária tem como principal componente as Receitas Correntes, por estarem nelas incluídas as duas maiores fontes de receita do Estado (Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS e Fundo de Participação dos Estados - FPE), que juntas somam R\$ 2.482.181.632,10 e representam 62,68% do total das Receitas Orçamentárias (descontada as Transferências para o Fundef).

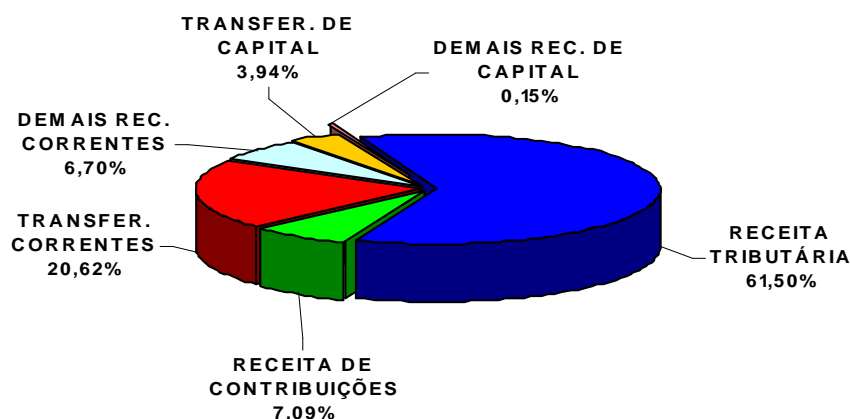
A execução da Receita Orçamentária estadual foi em termos nominais, 4,01% inferior à previsão inicial das receitas de 2005.

em R\$ (1,00)

CATEGORIA ECONÔMICA	RECEITAS		VARIÇÃO %	
	PREVISTA	REALIZADA	REALIZADA	PARTICIPAÇÃO
RECEITAS CORRENTES	3.581.177.000,00	3.798.465.985,30	6,07	95,91
RECEITA TRIBUTÁRIA	2.036.346.200,00	2.435.439.553,29	19,60	61,50
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	497.818.300,00	280.926.254,90	-43,57	7,09
RECEITA PATRIMONIAL	52.879.500,00	22.121.931,31	-58,17	0,56
RECEITA DE SERVIÇOS	123.293.300,00	127.305.297,22	3,25	3,21
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	796.739.900,00	816.657.194,35	2,50	20,62
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	74.099.800,00	116.015.754,23	56,57	2,93
RECEITAS DE CAPITAL	544.792.700,00	161.873.161,81	-70,29	4,09
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	106.595.500,00	2.952.002,67	-97,23	0,07
ALIENAÇÃO DE BENS	364.200,00	1.031.121,15	183,12	0,03
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	810.000,00	1.787.646,32	120,70	0,05
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	373.896.500,00	155.991.285,26	-58,28	3,94
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	63.126.500,00	111.106,41	-99,82	0,00
SUBTOTAL	4.125.969.700,00	3.960.339.147,11	-4,01	100,00
DÉFICIT NA ARRECADAÇÃO		165.630.552,89		
TOTAL GERAL	4.125.969.700,00	4.125.969.700,00		

FONTE: SIAFEM

**PARTICIPAÇÃO NA RECEITA REALIZADA
POR CATEGORIAS E SUBCATEGORIAS**



2.1.1 Das Deduções ao FUNDEF

Dos valores demonstrados na previsão e execução da receita orçamentária, estão deduzidos os valores destinados ao FUNDEF da seguinte forma:

em R\$ (1,00)

CATEGORIA ECONÔMICA	RECEITAS	
	PREVISTA	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES TOTAIS	3.869.079.800,00	4.148.487.608,35
DEDUÇÃO DA RECEITA TRIBUTÁRIA (ICMS)	(228.744.300,00)	(283.686.045,07)
DEDUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	(59.158.500,00)	(66.335.577,98)
RECEITAS CORRENTES	3.581.177.000,00	3.798.465.985,30
RECEITAS DE CAPITAL	544.792.700,00	161.873.161,81
TOTAL LÍQUIDO DA RECEITA	4.125.969.700,00	3.960.339.147,11

FONTE: SIAFEM

2.1.2 Receitas Correntes

As Receitas Correntes apresentaram uma arrecadação líquida de R\$ 3.798.465.935,81, participando com um percentual de 95,91% da arrecadação do Estado, sendo superior à previsão orçamentária inicial em R\$ 217.288.985,30.

2.1.2.1. Receita Tributária

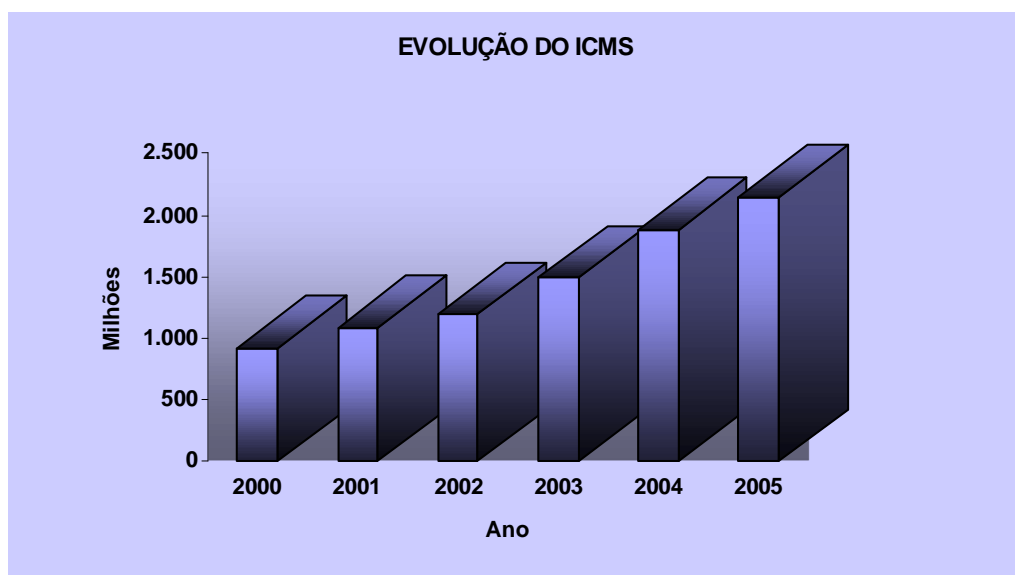
O conjunto da Receita Tributária bruta apresentou um incremento nominal de 14,43%, em relação ao exercício de 2004, com uma arrecadação de R\$ 2.719.125.598,36, que deduzidas as transferências para o Fundef, totalizou um valor líquido de R\$ 2.435.439.553,29.

em R\$ (1,00)

RECEITAS	ANO		EVOLUÇÃO 2004/2005	PARTICIPAÇÃO 2005
	2004	2005		
ICMS	2.117.631.193,00	2.426.673.917,00	14,59	89,24
IRRF	124.296.964,98	132.514.674,50	6,61	4,87
IPVA	87.488.264,10	100.070.346,92	14,38	3,68
TAXAS	26.541.999,67	40.881.663,71	54,03	1,50
ITCD	20.302.252,05	18.984.996,23	-6,49	0,70
TOTAL	2.376.260.673,80	2.719.125.598,36	14,43	100,00

FONTE: SIAFEM

A principal origem de arrecadação das receitas tributárias é o ICMS, com valor arrecadado de R\$ 2.142.987.871,93, deduzido o repasse ao FUNDEF. Em termos nominais, o ICMS teve em relação ao exercício de 2004, um aumento de 14,14%. Conforme demonstra o gráfico abaixo, o Estado vem mantendo crescimento acentuado na arrecadação desse tributo.



2.1.3. Receitas de Capital

A Categoria Receitas de Capital, que teve uma previsão inicial de receita no valor de R\$ 544.792.700,00, encerrou o ano com um volume arrecadado de R\$ 161.873.161,81. Esse resultado foi inferior ao estimado em 70,29%. Tendo sido fortemente impactado pela não confirmação das receitas previstas de Operações de Crédito e das transferências de convênios previstas nas Transferências de Capital.

2.2 DA EXECUÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA – ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Na Execução da Receita Orçamentária da Administração Direta, demonstrada no quadro abaixo, verificamos que houve excesso de arrecadação das receitas em 7,52%. Esse excesso deve-se principalmente ao incremento na arrecadação das receitas tributárias, que superaram em 20,43% do total previsto para arrecadação dessa receita. A frustração na realização das receitas de operações de crédito e de convênios com a União tiveram forte impacto negativo nas receitas da administração direta.

em R\$ (1,00)

CATEGORIA ECONÔMICA	RECEITAS		VARIÇÃO %	
	PREVISTA	REALIZADA	REALIZADA	PARTICIPAÇÃO
RECEITAS CORRENTES	2.788.651.600,00	3.225.130.909,60	15,65	99,58
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.996.858.000,00	2.404.845.354,35	20,43	74,26
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	-	-	-	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	22.547.000,00	7.324.782,55	-67,51	0,23
RECEITA DE SERVIÇOS	-	655,00	-	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	719.350.300,00	724.316.740,39	0,69	22,37
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	49.896.300,00	88.643.377,31	77,66	2,74
RECEITAS DE CAPITAL	223.326.500,00	13.454.901,37	-93,98	0,42
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	58.950.100,00	2.952.002,67	-94,99	0,09
ALIENAÇÃO DE BENS	-	150.754,10	-	0,00
AMORTIZ. DE EMPRÉSTIMOS	810.000,00	556.450,54	-	0,02
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	119.997.600,00	9.795.694,06	-91,84	0,30
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	43.568.800,00	-	-100,00	0,00
TOTAL	3.011.978.100,00	3.238.585.810,97	7,52	100,00

FONTES: SIAFEM

2.3 DA EXECUÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

O desempenho negativo na realização das receitas da Administração Indireta, deve-se principalmente a não confirmação das receitas previstas para as Transferências de Capital, bem como em função das alterações na sistemática de contabilização das receitas previdenciárias, introduzidas pela Portaria STN nº 504, de 03 de outubro de 2003.

Dessa forma, a previsão das contribuições patronais e aportes de capital foram transferidos ao Fundo de Previdência MS-PREV através de repasses financeiros, no valor de R\$ 314.322.507,98

em R\$ (1,00)

CATEGORIA ECONÔMICA	RECEITAS		VARIÇÃO %	
	PREVISTA	REALIZADA	REALIZADA	PARTICIPAÇÃO
RECEITAS CORRENTES	792.525.400,00	573.335.075,70	-27,66	79,44
RECEITA TRIBUTÁRIA	39.488.200,00	30.594.198,94	-22,52	4,24
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	497.818.300,00	280.926.254,90	-	38,92
RECEITA PATRIMONIAL	30.332.500,00	14.797.148,76	-51,22	2,05
RECEITA DE SERVIÇOS	123.293.300,00	127.304.642,22	-	17,64
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	77.389.600,00	92.340.453,96	19,32	12,79
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	24.203.500,00	27.372.376,92	13,09	3,79
RECEITAS DE CAPITAL	321.466.200,00	148.418.260,44	-53,83	20,56
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	47.645.400,00	-	-100,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	364.200,00	880.367,05	141,73	0,12
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	-	1.231.195,78	-	0,17
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	253.898.900,00	146.195.591,20	-42,42	20,26
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	19.557.700,00	111.106,41	-99,43	0,02
TOTAL	1.113.991.600,00	721.753.336,14	-35,21	22,29

FONTE: SIAFEM

2.4. DA EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO

A Despesa Realizada no Estado, derivada da Lei Orçamentária Anual de 2005 e de seus créditos adicionais, atingiu o total de R\$ 4.147.719.789,01, correspondendo a 79,43% da despesa autorizada, que foi R\$ 5.222.099.608,44. Deste modo, o Estado obteve economia orçamentária de R\$ 1.074.379.819,43.

De acordo com a Lei Orçamentária Anual, que obedeceu à Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2005, a despesa autorizada e a executada segundo as categorias econômicas, estão demonstradas a seguir:

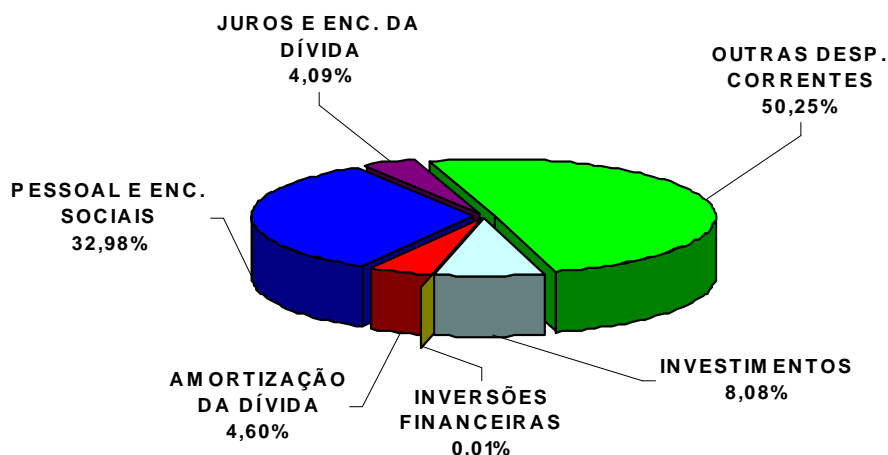
em R\$ (1,00)

GRUPO	FONTES			REALIZAÇÃO
	FIXADA ¹	AUTORIZADA ²	REALIZADA ³	%
DESPESAS CORRENTES	3.274.178.100,00	4.142.877.655,92	3.621.302.838,51	87,41
PESSOAL E ENC. SOCIAIS	1.551.185.400,00	1.464.196.218,46	1.367.855.285,66	93,42
JUROS E ENC. DA DÍVIDA	193.633.100,00	189.383.395,97	169.408.395,16	89,45
OUTRAS DESP. CORRENTES	1.529.359.600,00	2.489.298.041,49	2.084.039.157,69	83,72
DESPESAS DE CAPITAL	823.895.600,00	1.051.325.952,52	526.416.950,50	50,07
INVESTIMENTOS	662.446.800,00	828.773.335,62	335.284.553,42	40,46
INVERSÕES FINANCEIRAS	12.576.200,00	12.349.913,00	212.305,54	1,72
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	148.872.600,00	210.202.703,90	190.920.091,54	90,83
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	27.896.000,00	27.896.000,00	-	-
TOTAL	4.125.969.700,00	5.222.099.608,44	4.147.719.789,01	79,43

FONTE: SIAFEM

¹ Dotação Inicial - Lei Orçamentária 2005² Dotação Inicial + Créditos Adicionais³ Despesa Empenhada

PARTICIPAÇÃO NA REALIZAÇÃO DA DESPESA POR GRUPOS



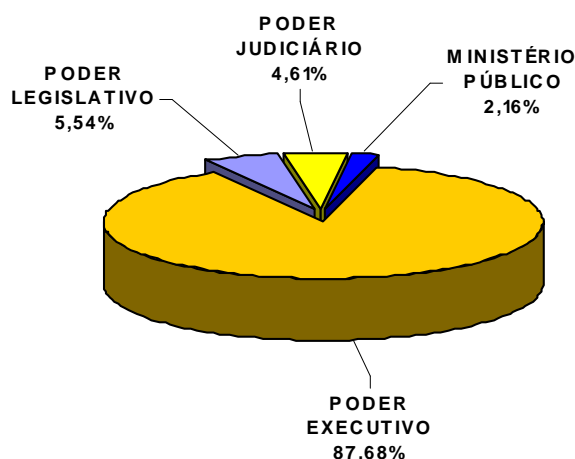
A participação dos Poderes do Estado e de seus respectivos órgãos e do Ministério Público, no cômputo da despesa autorizada e realizada, está evidenciada no quadro seguinte:

em R\$ (1,00)

PODERES	FONTES		PARTICIPAÇÃO %
	AUTORIZADA	REALIZADA	
PODER LEGISLATIVO	237.472.857,00	229.937.761,45	5,54
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	157.266.700,00	150.680.287,17	3,63
TRIBUNAL DE CONTAS	79.834.000,00	78.954.251,82	1,90
FUNDO	372.157,00	303.222,46	0,01
PODER JUDICIÁRIO	207.988.314,16	191.310.786,44	4,61
TRIBUNAL DE JUSTICA	175.013.300,00	169.937.283,18	4,10
FUNDO	32.975.014,16	21.373.503,26	0,52
MINISTÉRIO PÚBLICO	90.365.344,10	89.667.194,84	2,16
PROCURADORIA GERAL DA JUSTICA	89.615.344,10	89.463.008,81	2,16
FUNDOS	750.000,00	204.186,03	0,00
PODER EXECUTIVO	4.686.273.093,18	3.636.804.046,28	87,68
SECRETARIAS	2.460.285.378,64	2.245.744.314,17	54,14
FUNDOS	635.839.226,62	537.386.915,80	12,96
FUNDAÇÕES	227.766.903,81	161.613.892,66	3,90
EMPRESAS PÚBLICAS	8.296.200,00	5.502.065,70	0,13
ECONOMIA MISTA	86.022.500,00	-	-
AUTARQUIAS	1.240.166.884,11	686.556.857,95	16,55
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	27.896.000,00	-	-
TOTAL	5.222.099.608,44	4.147.719.789,01	100,00

FONTE: SIAFEM

PARTICIPAÇÃO DOS PODERES NAS DESPESAS REALIZADAS



2.5. EXECUÇÃO DA DESPESA – ADMINISTRAÇÃO DIRETA

2.5.1 Despesa por Categoria Econômica e Grupo

O comparativo da despesa executada em relação ao total realizado está demonstrada da seguinte forma:

GRUPO	FONTES			REALIZAÇÃO
	AUTORIZADA	REALIZADA	SALDO	%
DESPESAS CORRENTES	2.644.136.698,38	2.500.728.397,06	143.408.301,32	91,44
PESSOAL E ENC. SOCIAIS	1.129.721.244,60	1.088.120.979,59	41.600.265,01	39,79
JUROS E ENC. DA DÍVIDA	189.382.495,97	169.408.395,16	19.974.100,81	6,19
OUTRAS DESP. CORRENTES	1.325.032.957,81	1.243.199.022,31	81.833.935,50	45,46
DESPESAS DE CAPITAL	317.878.024,36	234.050.748,09	83.827.276,27	8,56
INVESTIMENTOS	109.350.920,46	42.970.656,55	66.380.263,91	1,57
INVERSÕES FINANCEIRAS	338.300,00	160.000,00	178.300,00	0,01
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	208.188.803,90	190.920.091,54	17.268.712,36	6,98
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	27.896.000,00	-	27.896.000,00	-
TOTAL	2.989.910.722,74	2.734.779.145,15	255.131.577,59	100,00

FONTE: SIAFEM

2.6. EXECUÇÃO DA DESPESA – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

2.6.1 Despesa por Categoria Econômica e Grupo

em R\$ (1,00)

GRUPO	FONTES			REALIZAÇÃO
	AUTORIZADA	REALIZADA	SALDO	%
DESPESAS CORRENTES	1.498.740.957,54	1.120.574.441,45	378.166.516,09	79,31
PESSOAL E ENC. SOCIAIS	334.474.973,86	279.734.306,07	54.740.667,79	19,80
JUROS E ENC. DA DÍVIDA	900,00	-	900,00	-
OUTRAS DESP. CORRENTES	1.164.265.083,68	840.840.135,38	323.424.948,30	59,51
DESPESAS DE CAPITAL	733.447.928,16	292.366.202,41	441.081.725,75	20,69
INVESTIMENTOS	719.422.415,16	292.313.896,87	427.108.518,29	20,69
INVERSÕES FINANCEIRAS	12.011.613,00	52.305,54	11.959.307,46	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.013.900,00	-	2.013.900,00	-
TOTAL	2.232.188.885,70	1.412.940.643,86	819.248.241,84	100,00

FONTE: SIAFEM

2.7 DEMONSTRATIVO DA MARGEM ORÇAMENTÁRIA

2.7.1. Evolução da Despesa Autorizada

em R\$ (1,00)

DESPESAS	VALOR
Previsão Inicial	4.125.969.700,00
Créditos Suplementares	1.852.626.434,69
Créditos Especiais	500.000,00
<i>Lei 3.039, 05/07/05 (DO 6520 06/07/05) - Dec. "O" 073/2005, de 12/07/05</i>	<i>500.000,00</i>
(-) Cancelamento de Dotação (Suplementares por Anulação)	(756.996.526,25)
TOTAL DA DESPESA AUTORIZADA	5.222.099.608,44

FONTE: SECRET, DE PLANEJ. E DES. TECNOLOGIA - SEPLANCT

2.7.2. Utilização dos Créditos Suplementares

em R\$ (1,00)

GRUPO DE DESPESA	CRÉDITOS SUPLEMENTARES				TOTAL
	SUPERÁVIT FINANCEIRO	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	
	INCISO I	INCISO II	INCISO III	INCISO IV	
Pessoal e Enc. Sociais	36.000,00	250.362.775,24	28.935.243,79	-	279.334.019,03
<i>d/q Precatórios</i>	-	<i>52.406.819,35</i>	<i>900.000,00</i>	-	<i>53.306.819,35</i>
Juros e Enc. Da Dívida	-	22.755.547,00	15.232.600,00	-	37.988.147,00
Outras Desp. Correntes	1.105.007,00	677.987.401,87	496.454.652,68	300.000,00	1.175.847.061,55
<i>d/q Precatórios</i>	-	<i>10.483.000,00</i>	<i>995.700,00</i>	-	<i>11.478.700,00</i>
<i>d/q Transf. A Municípios</i>	-	<i>267.811.726,03</i>	-	-	<i>267.811.726,03</i>
Investimentos	2.112.950,30	109.991.620,03	137.998.849,63	-	250.103.419,96
<i>d/q Precatórios</i>	-	-	-	-	-
<i>d/q Transf. A Municípios</i>	-	<i>3.546.234,15</i>	-	-	<i>3.546.234,15</i>
Outras Desp. de Capital	-	30.310,00	434.760,00	-	465.070,00
Amortização da Dívida	-	30.948.297,00	77.940.420,15	-	108.888.717,15
<i>Serviço da Dívida</i>	-	<i>30.948.297,00</i>	<i>77.940.420,15</i>	-	<i>108.888.717,15</i>
TOTAL	3.253.957,30	1.092.075.951,14	756.996.526,25	300.000,00	1.852.626.434,69

FONTE: SECRET, DE PLANEJ. E DES. TECNOLOGIA - SEPLANCT

2.7.3 Cálculo da Margem Orçamentária

em R\$ (1,00)

MARGEM ORÇAMENTÁRIA		CALCULO DA MARGEM ORÇAMENTÁRIA	
Créditos Suplementares	1.852.626.434,69	Previsão Inicial da Despesa	4.125.969.700,00
(-) Inciso II	1.092.075.951,14	Orçamento Fiscal	3.240.584.000,00
(-) Inciso IV	300.000,00	Orçamento da Seguridade Social	799.363.200,00
SUBTOTAL	760.250.483,55	Orçamento de Investimentos	86.022.500,00
(-) Pessoal e Enc. Sociais (Inc.III)	28.935.243,79		
(-) Juros e Serv. Da Dívida (Inc.III)	93.173.020,15	* Margem Orçamentária (25%)	1.031.492.425,00
(-) Precatórios (Inc. III)	1.895.700,00	Abertura de Crédito	636.246.519,61
TOTAL P/ CALC. DA MARGEM	636.246.519,61	SALDO DA MARGEM ORÇAM.	395.245.905,39

FONTE: SECRET. DE PLANEJ. E DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SEPLANCT

* Art. 9 da Lei Estadual nº 2.790, de 29.12.03

CAPITULO III

3. DOS BALANÇOS GERAIS

3.1. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - CONSOLIDADO

O Balanço Orçamentário consiste em comparar as receitas previstas com as realizadas, bem como as despesas fixadas com as executadas, e deve ser apresentado conforme anexo 12, da Lei no. 4.320/64.

em R\$ (1,00)			
ESPECIFICAÇÕES	RECEITAS		DIFERENÇA
	PREVISÃO	EXECUÇÃO	
RECEITAS CORRENTES	3.581.177.000,00	3.798.465.985,30	217.288.985,30
RECEITAS DE CAPITAL	544.792.700,00	161.873.161,81	(382.919.538,19)
TOTAL	4.125.969.700,00	3.960.339.147,11	(165.630.552,89)
DÉFICIT		187.380.641,90	
TOTAL	4.125.969.700,00	4.147.719.789,01	(21.750.089,01)

ESPECIFICAÇÕES	DESPESAS		DIFERENÇA
	FIXAÇÃO	EXECUÇÃO	
DESPESAS CORRENTES	3.274.178.100,00	3.621.302.838,51	(347.124.738,51)
DESPESAS DE CAPITAL	823.895.600,00	526.416.950,50	297.478.649,50
RESERVA DE CONTINGENCIA	27.896.000,00	-	27.896.000,00
TOTAL	4.125.969.700,00	4.147.719.789,01	(21.750.089,01)
SUPERÁVIT			
TOTAL	4.125.969.700,00	4.147.719.789,01	(21.750.089,01)

FONTE: SIAFEM

O Balanço Orçamentário Consolidado da Administração Direta juntamente com as Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Públicas, apresentou, no exercício de 2005, déficit orçamentário no valor de R\$ **187.380.641,90**.

3.1.1. Demonstrativo das Deduções para o FUNDEF

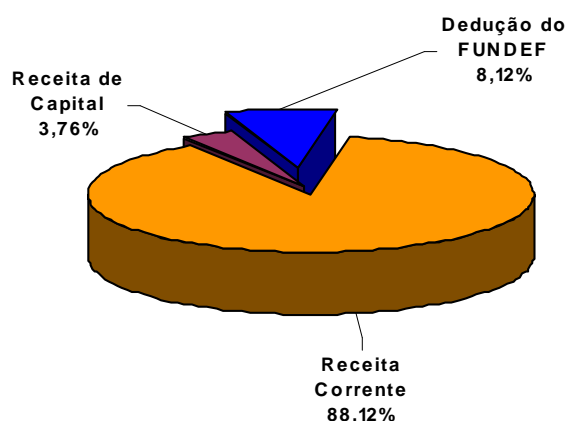
A Portaria do Ministério da Fazenda nº. 328 de 27 de agosto de 2001, estabelece que a partir do exercício de 2002 a contabilização dos recursos destinados ao FUNDEF serão por dedução da receita, conforme demonstrativo a seguir:

em R\$ (1,00)

RECEITAS	DEDUÇÃO	
	FIXADA	EXECUTADA
RECEITAS TRIBUTÁRIAS	228.744.300,00	283.686.045,07
- ICMS	228.744.300,00	283.686.045,07
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	59.158.500,00	66.335.577,98
- TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	59.158.500,00	66.335.577,98
Cota Parte do FPE	51.998.200,00	59.854.207,72
Cota Parte do IPI	1.796.600,00	1.758.834,10
Lei Complem. 87/96 - Lei Kandir	5.363.700,00	4.722.536,16
TOTAL DAS DEDUÇÕES	287.902.800,00	350.021.623,05

FONTE: SIAFEM

REPRESENTAÇÃO DO FUNDEF NA RECEITA TOTAL



No exercício, o Estado contribuiu com o montante de R\$ 350.021.623,05 para formação do Fundef. No entanto, recebeu como Receita de Transferência, R\$ 228.803.288,45, conforme Anexo 10b, folha 101, gerando uma perda de R\$ 121.218.334,32

3.2. BALANÇO FINANCEIRO – CONSOLIDADO

O Balço Financeiro demonstra as Receitas e as Despesas Orçamentárias, bem como os recebimentos e pagamentos extra-orçamentários, juntamente com os saldos financeiros disponíveis, oriundos do exercício anterior, e os transferidos para o exercício seguinte.

O Balço financeiro deve ser apresentado conforme o Anexo 13, da Lei 4.320/64.

As Receitas e as Despesas Orçamentárias demonstradas no Balço Financeiro são aquelas que foram consignadas na Lei Orçamentária. As Receitas e as Despesas extra-orçamentárias são aquelas que se realizam independentes do orçamento. A receita extra-orçamentária representa os valores recebidos pelo

Estado, e em princípio, não lhe pertencem; e a despesa extra-orçamentária corresponde ao repasse dessas receitas para quem de direito.

Comparando-se as Receitas e as Despesas Orçamentárias e Extra-Orçamentárias, no Balanço Financeiro, o Estado apresentou no exercício, um superávit de R\$ 30.935.922,68.

em R\$ (1,00)		
ESPECIFICAÇÕES	RECEITAS	DESPESAS
ORÇAMENTÁRIA	3.960.339.147,11	4.147.719.789,01
- CORRENTES	3.798.465.985,30	3.621.302.838,51
- DE CAPITAL	161.873.161,81	526.416.950,50
EXTRA - ORÇAMENTÁRIA	1.736.172.980,57	1.517.856.415,99
- CONSIGNAÇÕES	49.349.677,34	34.852.033,93
- DEPÓSITOS DIVERSAS ORIGENS	193.404.751,85	173.406.560,27
- RESTOS A PAGAR	414.464.493,12	227.886.437,75
- CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	514.929.673,30	448.227.138,01
- TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	405.038.339,33	459.034.391,82
- CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	110.963.526,60	113.579.039,19
- DEMAIS VALORES DE RECEITAS	48.022.519,03	60.870.815,02
DISPONIBILIDADE DO EXERCÍCIO ANTERIOR	153.574.029,46	0,00
DISPONIBILIDADE P/ O EXERCÍCIO SEGUINTE	0,00	184.509.952,14
TOTAL	5.850.086.157,14	5.850.086.157,14

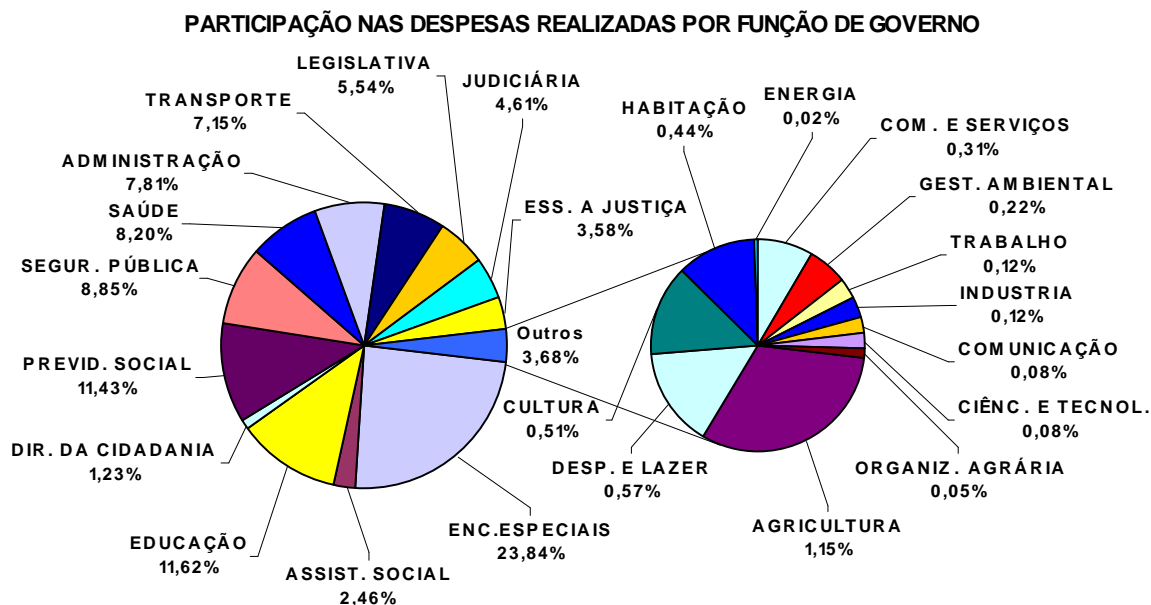
FONTE: SIAFEM

3.2.1 Despesas Realizadas por Função de Governo

O comportamento das despesas realizadas, distribuídas por funções de governo, exigida pela Lei 4.320/64, do Balanço Financeiro, está apresentada no quadro abaixo:

		em R\$ (1,00)	
FUNÇÃO DE GOVERNO	DESPESA REALIZADA	FUNÇÃO DE GOVERNO	DESPESA REALIZADA
LEGISLATIVA	229.937.761,45	HABITAÇÃO	18.100.907,87
JUDICIÁRIA	191.184.629,59	SANEAMENTO	0,00
ESSENCIAL A JUSTIÇA	148.400.139,00	GESTÃO AMBIENTAL	9.149.797,17
ADMINISTRAÇÃO	323.773.092,12	CIÊNCIA E TECNOLOGIA	3.473.458,28
SEGURANÇA PÚBLICA	366.902.876,22	AGRICULTURA	47.790.044,44
RELAÇÕES EXTERIORES	0,00	ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	2.228.603,90
ASSISTÊNCIA SOCIAL	102.042.418,72	INDÚSTRIA	4.940.225,32
PREVIDÊNCIA SOCIAL	474.163.621,76	COMÉRCIO E SERVIÇOS	12.810.982,59
SAÚDE	339.993.139,16	COMUNICAÇÃO	3.511.715,68
TRABALHO	4.950.377,60	ENERGIA	1.030.803,89
EDUCAÇÃO	482.125.938,62	TRANSPORTE	296.668.214,73
CULTURA	21.144.814,64	DESPORTO E LAZER	23.691.615,19
DIREITOS DA CIDADANIA	50.980.381,72	ENCARGOS ESPECIAIS	988.724.229,35
		TOTAL	4.147.719.789,01

FONTE: SIAFEM



Excetuando-se a função "Encargos Especiais", onde estão inclusas as despesas com Juros e Encargos da Dívida, Transferências aos Municípios entre outras, as funções de governo que tiveram participações mais expressivas em 2005 foram: Educação, Previdência Social, Segurança Pública e Saúde.

Ressalta-se que as participações acima referem-se às despesas totais, não podendo ser interpretados como os limites estabelecidos constitucionalmente, visto que estes obedecem a vinculações a receitas específicas.

3.3. BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO

O Balanço Patrimonial demonstra a situação econômica e financeira do patrimônio público, através dos seus bens, direitos e obrigações, bem como o saldo patrimonial, num determinado momento. Este balanço é representado conforme o Anexo 14, da lei 4.320/64.

em R\$ (1,00)

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÕES	VALOR	ESPECIFICAÇÕES	VALOR
FINANCEIRO	334.041.201,08	FINANCEIRO	843.595.303,37
- DISPONÍVEL	174.505.423,34	- DEPÓSITOS	123.829.403,45
- CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	159.535.777,74	- OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	719.765.899,92
PERMANENTE	3.514.147.205,56	PERMANENTE	6.317.950.153,98
- CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	352.561.977,91	- OPERAÇÕES DE CRÉDITO	5.972.013.471,77
- BENS E VAL. EM CIRCULAÇÃO	31.745.569,85	- PROVISÕES EXTRA-ORÇAM	23.400,04
- VALORES PEND. A C. PRAZO	898,80	- EMPRÉSTIMOS GOVERNAMENTAIS	283.269.916,48
- REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.646.523.470,36	- OUTRAS OPERAÇÕES EXIGÍVEIS	62.643.365,69
- PERMANENTE	1.483.315.288,64		
SALDO PATRIMONIAL	3.313.357.050,71		
COMPENSADO	637.770.912,21	COMPENSADO	637.770.912,21
TOTAL	7.799.316.369,56	TOTAL	7.799.316.369,56

FONTE: SIAFEM

No ativo financeiro do Balauço do Estado, estão contidos os créditos realizáveis a curto prazo, como saldos de bancos, órgãos arrecadadores e as aplicações financeiras.

No Ativo Permanente estão incluídos os bens, créditos e valores do Estado. Constatam desses grupos a inscrição anual da Dívida Ativa de que o Estado é credor. No exercício de 2005 houve inscrições na ordem de R\$ 221.895.457,97, representando um incremento de 21,17% em relação ao exercício anterior. Tal fato é responsável, em parte, pelo superávit patrimonial verificado no exercício.

O Passivo Financeiro compreende os compromissos exigíveis a curto prazo e independem de autorização legislativa.

A obrigação do Estado mais representativa a curto prazo, consiste nos restos a pagar e serviços da dívida a pagar, acumulados no valor de R\$ 517.569.583,11.

O Passivo Permanente compreende as dívidas fundadas interna e externa, representadas por títulos ou contratos e, dependem de autorização legislativa para serem operacionalizadas.

O saldo acumulado da dívida pública deve-se principalmente aos encargos decorrentes da aplicação dos sistemas de pagamento estabelecidos nos refinanciamentos, amparado pelas leis federais n. 8.727/93 e 9.496/97 e a capitalização de novas operações de crédito.

O Passivo Compensado contém as contrapartidas dos mesmos valores registrados no Ativo Compensado.

3.4. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia os efeitos ocorridos no Patrimônio do Estado, resultantes ou não da execução orçamentária, bem como o resultado patrimonial do exercício. Esta demonstração é apresentada conforme o Anexo 15, da Lei 4320/64.

em R\$ (1,00)

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÕES	VALOR	ESPECIFICAÇÕES	VALOR
VARIAÇÕES ATIVAS	9.913.667.779,88	VARIAÇÕES PASSIVAS	9.771.238.748,21
RESULTANTE DA EXEC ORÇ	8.784.544.660,15	RESULTANTE DA EXEC ORÇ	8.614.581.274,19
ORÇAMENTÁRIAS	3.960.339.147,11	ORÇAMENTÁRIAS	4.147.719.789,01
- Correntes	3.798.465.985,30	- Correntes	3.621.302.838,51
- De Capital	161.873.161,81	- De Capital	526.416.950,50
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	4.423.503.317,14	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	4.423.503.317,14
MUTAÇÕES ATIVAS	400.702.195,90	MUTAÇÕES PASSIVAS	43.358.168,04
INDEP. DA EXEC. ORÇAM.	1.129.123.119,73	INDEP. DA EXEC. ORÇAM.	1.156.657.474,02
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	110.469.754,69	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	110.469.754,69
ACRÉSCIMOS PATRIM.	1.018.653.365,04	DECRÉSCIMOS PATRIM.	1.046.187.719,33
TOTAL	9.913.667.779,88	TOTAL	9.771.238.748,21
DÉFICIT	0,00	SUPERÁVIT	142.429.031,67
TOTAL	9.913.667.779,88	TOTAL	9.913.667.779,88

FONTE: SIAFEM

Observando-se o superávit patrimonial, pode-se constatar que este resultado é em parte, decorrente da Incorporação e Atualização da Dívida Ativa nas Variações Ativas, que apresenta um valor expressivo, superando assim, os valores apresentados nas contas de Variações Passivas, bem como a variação cambial passiva decorrente da desvalorização do dólar, que reflete na dívida fundada externa.

CAPÍTULO IV

4. DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

4.1 DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL

A RCL serve como base para o cálculo da reserva de contingência e para apuração dos limites da despesa total com pessoal, da dívida pública, das garantias e contragarantias, das operações de crédito e da despesa com serviços de terceiros.

A RCL corresponde basicamente ao total da receita corrente arrecadada por todos os Poderes do Estado, deduzida a parcela transferência aos Municípios, por imposição constitucional (25% do ICMS, 50% do IPVA e 25% da CIDE) e as transferências legais. As demais deduções, apresentadas no quadro da RCL, constituem duplicidades contábeis de receita.

A RCL apurada em dezembro de 2005 foi 17,39% maior à verificada no final de 2004, totalizando R\$ 3.042 milhões.

RECEITAS CORRENTES	REALIZADOS		CRESCIM.
	2004	2005	%
Receita Tributária	2.376.261	2.719.126	14,43
d/q ICMS	2.117.632	2.426.674	14,59
d/q IPVA	87.486	100.070	14,38
Receita de Contribuições ¹	256.890	280.926	9,36
Receita Patrimonial	26.988	22.122	(18,03)
Receita Serviços	117.115	127.305	8,70
Transferências Correntes	736.932	882.993	19,82
d/q Cota Parte FPE	318.846	399.048	25,15
Outras Receitas Correntes	50.041	116.016	131,84
TOTAL (I)	3.564.226	4.148.488	16,39
DEDUÇÕES			
Transferências Constituc. e Legais	599.481	649.851	8,40
Contrib. Plano Seg. Social Servidor ¹	72.016	102.132	41,82
Compensação Financ. Regimes Previd.	5.676	4.600	(18,97)
Dedução do FUNDEF	295.848	350.022	18,31
TOTAL (II)	973.021	1.106.604	13,73
RCL(I-II)	2.591.205	3.041.883	17,39

FONTE: SIAFEM

NOTAS:

¹ Para efeito de comparação, foram excluídas das receitas de contribuições, as referentes a contrib. patronais e aportes de capital ao MS-PREV.

4.2. RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Em 2005 as despesas executadas pelo Fundo de Previdência do Estado - MS-PREV foram maiores que o somatório das receitas previdenciárias com os repasses previdenciários recebidos, o que ocasionou um déficit de R\$ 7.6 milhões.

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	REALIZADA		CRESCIM.
	2004 ¹	2005	%
RECEITAS CORRENTES	87.177	142.965	63,99
Receita de Contribuições	86.778	129.334	49,04
Pessoal Civil	60.845	82.860	36,18
Pessoal Militar	11.172	19.272	72,51
Outras Contribuições Previdenciárias	9.084	22.602	148,80
Compensação Previdenciária entre RGPS e RPPS	5.677	4.600	(18,97)
Receita Patrimonial	343	118	(65,62)
Outras Receitas Correntes	56	13.513	24.165,29
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (I)	87.177	142.965	63,99
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS	REALIZADO		CRESCIM.
	2004 ¹	2005	%
RECEBIDOS PELO RPPS	139.926	156.444	11,80
Contribuição Patronal do Exercício	139.926	156.430	11,79
Pessoal Civil	117.847	128.759	9,26
Pessoal Militar	22.079	27.671	25,33
Contribuição Patronal de Exercícios Anteriores	-	14	0,00
Pessoal Civil	-	14	0,00
PARA COBERTURA DE DÉFICIT	120.034	79.105	(34,10)
OUTROS APORTES AO RPPS	45.780	78.774	72,07
TOTAL DOS REPASSES PREVIDENCIÁRIOS (II)	305.741	314.323	2,81
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	LIQUIDADAS		CRESCIM.
	2004	2005	%
ADMINISTRAÇÃO	8.342	5.068	(39,24)
PREVIDÊNCIA SOCIAL	381.617	459.906	20,52
Pessoal Civil	335.941	397.125	18,21
Pessoal Militar	45.676	62.781	37,45
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (III)	389.959	464.974	19,24
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (IV) = (I + II - III)	2.959	(7.687)	(359,82)

FONTE: SIAFEM

NOTA:

¹Excluídas as Receitas Patronais e outros aportes e inseridas como repasses financeiros em 2004.

4.3. DESPESAS COM PESSOAL

A LRF estabeleceu como parâmetro para acompanhar as despesas de pessoal, a sua comparação, em termos percentuais, com a Receita Corrente Líquida (RCL) do Estado.

A comparaço entre as despesas de pessoal e RCL leva em conta um perodo de 12 meses. Deste modo, a despesa com pessoal dos trs poderes do Estado alm do Ministrio Pblico, no ano de 2005, correspondeu a 45,62% da RCL anual. Esse ndice registrou aumento de 0,85 pontos percentuais em relaço ao apurado no final de 2004, permanecendo significativamente abaixo dos limites permitido pela LRF, de 60% da RCL como limite mximo, e de 57% da RCL como limite prudencial.

Quanto ao Poder Executivo, o ndice verificado foi de 38,03%, tambm notadamente abaixo do limite mximo (49%) e do prudencial (46,55%).

DESPESA LIQUIDADADA COM PESSOAL	PODERES				TOTAL
	EXECUTIVO	LEGISLATIVO	JUDICIÁRIO	MIN. PÚBLICO	
TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL	1.156.833	78.960	126.925	50.795	1.413.513
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	3.041.883				
TOTAL DA DESP.LÍQUIDA COM PESSOAL/RCL (%)	38,03	2,60	4,17	1,67	46,47
LIMITE LEGAL (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.490.523	91.256	182.513	60.838	1.825.130
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - <95%>	1.415.997	86.694	173.387	57.796	1.733.873

FONTE: SIAFEM/ PODER LEGISTATIVO, PODER JUDICIÁRIO E MINIST. PÚBLICO.

4.4. DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL

A Dívida Consolidada Líquida (DCL) corresponde à Dívida Pública Consolidada, deduzido o Ativo Disponível e os Haveres Financeiros, quando a somatória destes resultar em valor maior que os Restos a Pagar Processados.

Em 31/12/2005, a DCL apurada foi igual à Dívida Pública Consolidada pois, a somatória de Ativo Disponível de R\$ 174,5 milhões com Haveres Financeiros de R\$ 11,6 milhões foi menor que o valor de R\$ 400,6 milhões correspondentes a Restos a Pagar Processados.

O estoque da DCL apurado em 31/12/2005 cresceu R\$ 116 milhões em relação ao o exercício de 2004, passando de R\$ 6.001,2 milhões para 6.117,4 milhões. As principais contribuições para ocorrência da elevação da DCL foram os precatórios judiciais emitidos após 05/05/2000 e não pagos no exercício do orçamento em que foram incluídos (R\$ 102,9 milhões) e a capitalização de encargos e parte do principal da dívida interna não paga refinanciada junto à União, decorrente do excesso de prestação acima do limite de 15% da Receita Líquida Real (RLR) não pagos (R\$ 184,0 milhões). O ingresso de novos recursos de operações de crédito de R\$ 2,95 milhões e o reajustamento de R\$ 22,3 milhões, tiveram pouco reflexo no estoque da dívida pública em 2005. O crescimento de R\$ 37,8 milhões da amortização de 2005 em relação a 2004, demonstra que o Estado tem pago mais capital do que recebido, o que contribui para a redução do estoque da DCL.

A LRF prevê acompanhamento da DCL em relação à RCL, por meio do índice dívida-receita (DCL/RCL). A referida lei estabeleceu ainda uma trajetória obrigatória de redução de dívida ao longo de 15 anos. Assim, Estados cujo estoque da dívida ultrapassasse 2 vezes a RCL em 2001, devem eliminar esse excesso na razão de 1/15 por ano. De acordo com essa trajetória, a relação DCL/RCL do Estado para o

final de 2005 não pode ultrapassar a 2,69 vezes. O resultado alcançado foi de 2,01 da RCL, ou seja, índice bem abaixo da trajetória exigida.

Assim como ocorrido desde 2003, o exercício de 2005 registrou evolução favorável da dívida em relação à receita, em razão do crescimento de 17,39% da RCL de 2004 para 2005, e a dívida haver aumentado em 1,93%, conforme quadro abaixo.

ESPECIFICAÇÃO	R\$ Mil	
	SALDO DO EXERCÍCIO	
	2004	2005
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	6.001.255	6.117.359
Dívida Contratual	5.956.789	5.972.013
Precatórios posteriores a 5.5.2000 (inclusive)	-	102.862
Parcelamentos com a União (INSS)	44.465	42.483
DEDUÇÕES (II)	-	-
Ativo Disponível	150.228	174.505
Haveres Financeiros	-	11.632
(-) Restos a Pagar Processados	363.457	400.620
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	213.229	488.405
Precatórios anteriores a 5.5.2000	-	273.923
Insuficiência Financeira	213.229	214.482
DIV. CONSOLID. LÍQUIDA (DCL)=(I - II)	6.001.255	6.117.359
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	2.591.205	3.041.883
% da DCL sobre a RCL	231,60	201,10
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL: (200% DA RCL)	5.182.410	6.083.767
TRAJETÓRIA DE AJUSTE P/ O EXERCÍCIO	275,38	269,10

4.5. DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – LRF

DESPESA COM PESSOAL	R\$ MIL	% SOBRE A RCL
Total da Despesa Líquida com Pessoal nos 12 Últimos Meses	1.413.513	46,47
Limite Legal (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.825.130	60,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	1.733.873	57,00
DÍVIDA		
Dívida Consolidada Líquida	6.117.359	201,10
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	6.083.767	200,00
GARANTIAS DE VALORES		
Total das Garantias	75.934	2,50
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	669.214	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		
Operações de Crédito Internas e Externas	2.952	0,10
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0	0,00
Limite Definido p/ SF Federal para Op. de Crédito Internas e Externas	486.701	16,00
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito por Antec. da R	212.932	7,00
SALDO DOS RESTOS A PAGAR		
	PROCESSADOS	NÃO-PROCESSADOS
Poder Executivo	372.299	108.611
Poder Legislativo	9.857	0
Poder Judiciário	6.826	2.083
Ministério Público	11.639	6.256
Total dos Restos a Pagar	400.620	116.950
DESPESAS COM AÇÕES SERV. SAÚDE		
	VALOR APURADO NO ANO	% APLICADO NO ANO
Despesas Próprias com Saúde	339.333	12,88
DESPESAS C/ MANUT. E DESENV. DO ENSINO		
	VALOR APURADO NO ANO	% APLICADO NO ANO
Mínimo dos Impostos na Manut. e Desenv. do Ensino - MDE (25%)	769.874	30,79
Mínimo das Despesas com MDE no Ensino Fundamental (60%)	523.272	83,71
Mínimo do FUNDEF na Remuner. Professores Ens. Fundam. (60%)	231.039	100,98

FONTE: SIAFEM